



GESTÃO CULTURAL E INTERIOR DO BRASIL:

Sucata Cultural e o projeto “Temporada Sucata” como potências de efervescência cultural em Dourados-MS

CULTURAL MANAGEMENT AND BRAZIL’S COUNTRYSIDE:

Sucata Cultural and the project “Temporada Sucata” as forces of cultural effervescence in Dourados-MS

Antonio Martins Oliveira Júnior (UFU)¹

RESUMO

Cada vez mais percebe-se que as pesquisas sobre a gestão de organizações culturais (espaços e grupos) se destacam à medida em que são reconhecidas as contribuições simbólicas e materiais das políticas culturais para o desenvolvimento da sociedade contemporânea. No entanto, percebe-se a lacuna de um olhar robusto dessa gestão em contextos de interior do país. Este trabalho, portanto, tem como objetivo lançar mão de um olhar inicial neste sentido ao pensar que a gestão se alinha a três pilares muito comuns em cidades de interior: políticas fragmentadas, descentralização e produção independente. O objetivo deste artigo é descrever, ainda que brevemente, como se dá a gestão do Instituto de Desenvolvimento Artístico e Social Sucata Cultural, um espaço independente de cultura localizado em Dourados, no interior do estado de Mato Grosso do Sul, articulando o pensamento à conceitos de cultura apresentados por autores e autoras como Marilena Chaui, Isaura Botelho, Giuliana Kauark, Plínio Rattes e Nathalia Leal, além de apresentar o projeto “Temporada Sucata”, hoje, o maior e mais importante projeto de temporada de espetáculos cênicos do estado de MS.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Cultural; Espaços independentes de cultura; Produção Cultural; Políticas Públicas.

¹ Licenciado em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Mestre em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Discente de doutorado acadêmico no Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas (PPGAC) da UFU, sob orientação do Prof. Dr. Alexandre José Molina. Financiamento: CAPES/CNPq. Artista, produtor, sócio fundador e gestor do Instituto de Desenvolvimento Artístico e Social Sucata Cultural. E-mail: antonio.martins@ufu.br.



ABSTRACT

There is a growing awareness that research on the management of cultural organizations (spaces and groups) stands out as we recognize the symbolic and material contributions of cultural policies to the development of contemporary society. However, we lack a robust view of this management in rural contexts. This work, therefore, aims to take an initial look in this direction, considering that management is aligned with three pillars that are very common in inland cities: fragmented policies, decentralization, and independent production. The objective of this article is to describe, albeit briefly, how the Sucata Cultural Institute for Artistic and Social Development, an independent cultural space located in Dourados, in the interior of the state of Mato Grosso do Sul, articulating the thinking with concepts of culture presented by authors such as Marilena Chaui, Isaura Botelho, Giuliana Kauark, Plínio Rattes, and Nathalia Leal, in addition to presenting the “Temporada Sucata” project, today the largest and most important seasonal performing arts project in the state of MS.

KEYWORDS: Cultural Management; Independent Cultural Spaces; Cultural Production; Public Policy.

O município de Dourados, emancipado em 1935, hoje com 91 anos, é uma cidade relativamente nova, assim como o estado de Mato Grosso do Sul (MS), cuja divisão do estado se deu em 1977. A relativa juventude do município de Dourados e do estado de MS implica em um histórico mais curto de desenvolvimento institucional e, conseqüentemente, de políticas públicas voltadas para a cultura. Em comparação com estados e municípios mais antigos, MS e Dourados enfrentam desafios na consolidação de uma infraestrutura cultural robusta, segura, continuada e diversificada, bem como na alocação de recursos financeiros consistentes e contínuos para o setor. A priorização de outras áreas consideradas mais urgentes, como saúde, educação e infraestrutura básica, pode ter relegado os investimentos culturais a um segundo plano ao longo dos anos.

Ademais, a própria identidade cultural de MS e Dourados pode ainda estar em processo de formação e reconhecimento, o que dificulta a definição de prioridades e a elaboração de projetos culturais que atendam às necessidades e expectativas da população e, também, das pessoas que exercem diversas funções dentro do grande guarda-chuva das artes e da cultura. Superar tais desafios requer um esforço contínuo de valorização da cultura e de artistas locais, formação de público, formação



acadêmica e/ou técnica, fomento à produção artística e sensibilização dos e das gestoras públicas para a importância dos investimentos culturais para fins de desenvolvimento social e econômico da região.

A falta de continuidade nos investimentos culturais em Dourados e no MS, compreendendo que existem fomentos das esferas Municipal, Estadual e Federal, apesar de seu desenvolvimento econômico, pode ser compreendida à luz do conservadorismo político e social que historicamente molda a região. Dourados, assim como o estado de MS, tem sido frequentemente governada por figuras e partidos de direita, com raízes em um modelo coronelista que tradicionalmente priorizam interesses econômicos e políticos em detrimento do desenvolvimento social e cultural. Nesse contexto, a cultura muitas vezes é vista como um gasto supérfluo, em vez de um investimento estratégico no desenvolvimento daquele território.

Ao falar em organizações culturais, entendo que podem se referir, entre outras definições, como uma diversa cadeia de organizações engendradas em estruturas permanentes ou temporárias que se relacionam a concepção, produção e distribuição de produtos culturais. Nas artes cênicas, podem ser grupos e coletivos de artistas, como companhias de teatro, dança, circo etc., mas também podem ser equipes de pessoas que gestam espaços físicos de arte e cultura. É o caso do Instituto de Desenvolvimento Artístico e Social Sucata Cultural, localizado em Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Inaugurado em 2017, o Sucata Cultural é um centro cultural independente fundado por quatro artistas: Antonio Júnior, João Rocha, Társila Bonelli e Junior De Oliveira. Antes do Sucata Cultural existir enquanto Associação, Instituto e espaço cultural, os quatro artistas e profissionais das artes da cena tinham como vínculo a Cia. Theastai de Artes Cênicas, criada em 2010 também na cidade de Dourados/MS, companhia que se profissionalizou rapidamente como uma expoente do estado de Mato Grosso do Sul, integrando o circuito de festivais locais, regionais, nacionais e internacionais, representando o estado em importantes festivais, como Fenata – Festival Nacional de Teatro; Fenatifs – Festival Nacional de Teatro Infantil de Feira de



Santana; Festival Internacional de Circo do Ceará; Mostra Sesc Cariri de Culturas; Festival Popular de Teatro de Fortaleza; Circuito Sesc Arte Nas Ruas, entre outros.

Diante da carência de equipamentos públicos da cidade de Dourados, os artistas da Cia. Theastai se depararam com a necessidade cada vez maior de terem sua sede própria para a salvaguarda dos materiais dos espetáculos de seu repertório, que somam mais de 10 trabalhos, além da necessidade de um lugar em que pudessem manter seus espetáculos em apresentações constantes, sem grandes hiatos entre uma apresentação e outra. Surge, então, o Sucata Cultural, em 2017, como um novo equipamento cultural na cidade. Segundo a compreensão do que Isaura Botelho (2001) apresenta, a existência de um equipamento como este é importante porque atua na dimensão sociológica da cultura ao oferecer programação cultural, oficinas, cursos etc., referindo-se a produção cultural organizada e ao acesso de bens e políticas culturais, o que fortalece a dimensão antropológica da cultura, que refere-se aos valores e modos de vida dos e das cidadãos da cidade, ou seja, a interação cotidiana que gera sentidos impalpáveis (valores, rotinas), fazendo com que o Sucata Cultural contribua para o fortalecimento e reconhecimento da diversidade e da identidade culturais do território em que está localizado.

Desta forma, considera-se que a atuação do Sucata Cultural no contexto em que está inserido reforça a busca pela efetivação daquilo que Marilena Chaui (2008) nos apresenta por cidadania cultural, já que, para a autora, a cultura não deve ser vista apenas como algo a ser consumido, um produto, alguém das práticas reflexivas e críticas, tampouco como um privilégio de classes, mas sim como um direito. Ou seja, o público deixa de ser “consumidor” e passa a ser “participante” ativo do processo cultural do lugar que habita.

Chaui alega que a cultura de massa, muitas vezes provocada pelo próprio Estado, torna as pessoas meras consumidoras passivas, as aliena, mascarando as desigualdades estruturais, ou seja, as divisões e lutas de classes. Frente a isso, uma cultura democrática exige um outro papel de agentes culturais (artistas, técnicos etc.) e da comunidade, o papel da participação, de fato.



O que pode ser a cultura tratada do ponto de vista da democracia? O que seriam uma cultura da democracia e uma cultura democrática? Quais os problemas de um tratamento democrático da cultura, portanto, de uma cultura da democracia, e da realização da cultura como visão democrática, portanto, de uma cultura democrática? Essas perguntas sinalizam alguns dos problemas a enfrentar. Em primeiro lugar, o problema da relação entre cultura e Estado; em segundo, a relação entre cultura e mercado; em terceiro, a relação entre cultura e criadores.

Se examinarmos o modo como tradicionalmente o Estado opera no Brasil, podemos dizer que, no tratamento da cultura, sua tendência foi antidemocrática. (Chauí, 2008, p. 13).

Refletir sobre isto é essencial para a compreensão da relação entre produção cultural, política e poder, pois explica como e por que a cultura deixa de ser um produto ou privilégio e passa a ser um direito. Espaços culturais como o Sucata Cultural prioriza o protagonismo das pessoas que gozarão deste direito à cultura democratizada, podendo, inclusive, participar e colaborar para a construção de novas políticas culturais e para a manutenção das já existentes.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelo Sucata Cultural explicita uma tentativa de superar essas relações dadas como antidemocráticas entre Estado, Cultura e mercado tão bem criticadas por Chauí. Estaria o Sucata Cultural, portanto, operando como oposição à alienação causada pela cultura de massa? Privilegiando a comunidade douradense, priorizando sua participação nas ações e projetos desenvolvidos pelo e no espaço, buscando a reflexão crítica dessa comunidade, de certo modo, o espaço tenta resgatar a cultura como algo de fato democrática e democratizada em processos em que artistas e públicos não são apenas “engrenagens” do mercado, mas agentes de uma plena cidadania cultural, questionando e interrogando, na medida do possível, as desigualdades existentes no que tange o acesso à cultura.

A gestão de um equipamento como este requer conhecimento, aprendizado e domínio de certos procedimentos que equiparam sensibilidade, muito associada ao fazer artístico-cultural, ao rigor meramente administrativo, já que centros culturais contemporâneos são organismos plurais e diversos e exercem, também, a função de garantia de direitos sociais e culturais. Segundo Kuark, Rattes e Leal (2019), a fim de



que esta função social seja de fato cumprida e compreendida, as pessoas responsáveis pela gestão precisam considerar ao menos três atores: os(as) cidadão(ãs), ou seja, o público; os(as) criadoras(as), ou seja, artistas; e os(as) técnicos(as) e gestores(as). Estes(as) últimos(as) são o meu foco de atenção. Aqui é importante ressaltar que no contexto de interior de país, território onde a distribuição dos recursos é notavelmente desigual, o papel desses e dessas gestoras torna-se ainda mais complexo, já que as coisas se misturam.

Por exemplo, no caso do Sucata Cultural, como se trata de um equipamento cuja gestão é feita por artistas de uma companhia que antecede o espaço físico, esses e essas profissionais precisam lançar mão de funções diversas, ou seja, além de serem gestoras, também são artistas que desempenham função de direção, atuação, produção, coreógrafos(as), figurinistas, sonoplastas etc. Entende-se isso como uma certa precarização do trabalho, no entanto, não se sabe outra forma de manter os espetáculos vivos e em circulação, e muito menos de garantir a sustentabilidade do espaço físico da sede do grupo.

Além disso, Kauark, Leal e Rattes ainda afirmam que

Existem diferentes tipos de equipamentos culturais com variadas características, objetivos, públicos-alvo e conteúdos e também de distintas tipologias – público, privado e sem fins lucrativos. Esses e outros fatores contribuem para determinar o modelo de gestão a ser adotado por cada espaço, ou seja, aquele conjunto de normas e princípios que orientam os gestores no cumprimento eficaz da missão da instituição. (Kauark; Leal; Rattes, 2019, p. 38).

Compreende-se, portanto, que a gestão de um equipamento cultural é atravessada por diversos fatores que vão desde recursos, sejam eles públicos, privados ou, como muitas vezes são, pessoais, até ao território onde está localizado e as características e hábitos culturais da comunidade, bem como aos modos de produção adotados pelos e pelas profissionais que assumem a sua gestão.

Esse “emaranhado em um novelo” sobre a compreensão de como se desenvolve e é realizado o trabalho de gestão alcança outros lugares ao considerar



as especificidades de cada equipamento cultural, como destaca ainda Kauark, Leal e Rattes:

[...] os equipamentos culturais, na atualidade, devem possuir qualidades como flexibilidade, agilidade e capacidade de adaptação, assim como compromisso de realizar consultas e análises do ambiente em que estão inseridos e dos desafios que enfrentam, com atenção às dinâmicas sociais, tecnológicas, econômicas e políticas. Igualmente, seus gestores devem ser flexíveis e adaptáveis às realidades que os cercam, sabendo também otimizar os recursos disponíveis, humanos, materiais e financeiros e utilizá-los de forma estratégica, com vistas a absorver todo o potencial possível que podem oferecer. (Kauark; Leal; Rattes, 2019, p. 39).

No contexto do Sucata Cultural, essa flexibilidade aparece na mistura de funções, como já citado acima. Por conta disso, a fragilização e instabilidade, muitas vezes presentes no dia a dia, não são apenas eventualidades. São procedimentos adaptativos que atendem ao que é “comum” aos modos e dinâmicas políticas e econômicas do interior. E este é um dos motivos ao qual a participação da comunidade se faz tão necessária.

No que tangencia o território onde está localizado e é atuante, pensando no desenrolar deste novelo, ainda é possível convocar para a conversa Isaura Botelho quando define as diferentes dimensões da cultura, dividindo-as sociológica e antropológica.

O Sucata Cultural enquanto uma organização insurgente, isto é, organização que comete ato de insurgência, que se rebela contra algo, surge na dimensão sociológica proposta por Botelho (2001) desde a sua estruturação, ou seja, a sua criação. Isto porque oferta para a cidade cursos livres, oficinas e programação cultural contínua ao longo de todo o ano, atuando, desta forma, como mediador de processos culturais, utilizando do aparato institucional, portanto, sociológico. Este processo fortalece a outra dimensão proposta pela autora, a antropológica, que se trata, por sua vez, da identidade da comunidade que usufrui do que é ofertado pelo espaço, o seu modo de vida.

Como caminho inicial da pesquisa, eu gostaria de resgatar a relação existente entre o que foi apresentado e discutido aqui com o meu projeto de pesquisa de



doutorado acadêmico. O nome do pro é “Gestar Cultura – Investigando a gestão cultural fora dos grandes centros: Os casos do Sucata Cultural e Casulo em Dourados-MS”.

Por enquanto, as discussões tem girado em torno apenas do Sucata Cultural pelo fato de eu ser um dos fundadores e gestores deste equipamento, tendo, portanto, maior propriedade, mais material e experiências vividas neste espaço. No entanto, o Casulo, outro equipamento independente de cultura da cidade, também fará parte desta pesquisa. Não para que seja feita uma comparação entre os dois espaços, mas para que, além do teor acadêmico da pesquisa, estes espaços se tornem cada vez mais conhecidos.

Voltando ao título do projeto de pesquisa, a proposta é justamente me debruçar no “gestar”, no ato de gerir e cuidar, evocando o que também traz Marilena Chaui ao definir o que é cultura: “na origem cultura significa o cultivo, o cuidado. [...] Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios.” (Chaui, 2008, p. 5).

Quando penso em “gestar”, partindo de “gestação”, é impossível não relacionar o termo ao que é feito e desenvolvido no âmbito da cultura em Dourados-MS por estes dois equipamentos culturais. Não se trata apenas de administrar recursos, muitas vezes escassos e mal distribuídos, muitas vezes descontinuados, mas realizar o cultivo daquele território, garantindo direito e cidadania culturais, além do acesso democratizado e pleno à cultura, muitas vezes esquecida pelo poder público.

Temporada Sucata



A partir deste ponto, passo a relatar de forma mais detalhada e aprofundada a trajetória do projeto “Temporada Sucata”, que atualmente se configura como o principal e mais significativo projeto de temporada de espetáculos cênicos no estado de MS. Na condição de gestor cultural do Instituto e idealizador da Temporada, é possível afirmar que esta experiência atravessou um conjunto complexo de desafios, conquistas e transformações que refletem, de modo emblemático, as dinâmicas da produção cultural no interior do estado, especialmente em Dourados. Este relato busca, portanto, não apenas narrar fatos, mas também refletir criticamente sobre as condições estruturais, as estratégias de resistência e as possibilidades de consolidação de uma política cultural efetiva em contextos periféricos.

Promover e trabalhar com cultura no Brasil é, historicamente, um ato de resistência. Essa afirmação ganha contornos ainda mais agudos quando deslocada para o interior do país, onde as políticas públicas para o setor cultural ainda se encontram em processo de amadurecimento, com recursos limitados, baixa institucionalização e frequentes discontinuidades. Em Dourados, esse cenário se manifesta em desafios específicos: ausência de políticas culturais estruturadas, precariedade e até inexistência de espaços para a produção artística e dificuldades para a formação e manutenção de público. Nesse contexto, a criação do projeto “Temporada Sucata”, em 2018, emergiu como resposta a uma necessidade premente de valorização da produção artística local e democratização do acesso às artes cênicas.

O Sucata Cultural, que abriga o projeto, foi concebido como um espaço de encontros, experimentações e formação, fundamentado em princípios de gestão colaborativa e promoção da cidadania e desenvolvimento social e cultural. A gestão cultural aqui entendida não se restringe à mera administração de recursos, mas se configura como prática política que visa fortalecer os vínculos comunitários e ampliar o protagonismo de agentes culturais locais. Tal perspectiva dialoga com os preceitos



destacados como eixo de inclusão social e desenvolvimento local, e com o Plano Nacional de Cultura (PNC)².

Compreendendo a cultura como direito fundamental e não como mercadoria, o projeto de Temporada foi idealizado para funcionar como um ciclo de programação cênica regular e ininterrupta, com calendário anual e processo seletivo aberto, inicialmente voltado para artistas e grupos locais que gradativamente foi ampliado para contemplar produções de âmbito nacional. A proposta era criar uma programação contínua, com espetáculos em cartaz durante meses, ingressos acessíveis e espaço para ensaios e apresentações regulares, fomentando a formação de público e a sustentabilidade econômica de grupos e artistas.

Essa concepção dialoga com as discussões contemporâneas sobre economia criativa, que apontam para a necessidade de modelos sustentáveis e inclusivos de produção cultural, especialmente no terceiro setor da economia, em que a criatividade na articulação de recursos e parcerias é fundamental para superar a escassez.

A primeira edição da Temporada foi contemplada pelo Fundo Municipal de Investimentos à Produção Artística e Cultural de Dourados (FIP)³ com um valor de R\$ 20.000,00. Entretanto, enfrentamos um revés significativo: o recurso nunca foi repassado pela Prefeitura Municipal, configurando um calote que comprometeu financeiramente a classe artística local e ameaçou a realização do projeto. Diante dessa adversidade, optamos por seguir adiante, contando com o apoio incondicional de artistas, grupos locais e do público. A bilheteria era dividida igualmente entre os grupos e o Sucata Cultural, o que garantiu alguma remuneração aos artistas e a

² O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um instrumento estratégico de longo prazo (10 anos) previsto na Constituição Federal para nortear as políticas culturais no Brasil. O novo plano (2025-2035) visa democratizar o acesso, valorizar a diversidade, fortalecer o Sistema Nacional de Cultura e reconhecer a cultura como setor de trabalho.

³ O Fundo Municipal de Investimentos à Produção Artística e Cultural tem como objetivo estimular e fomentar a produção artística e cultural no Município de Dourados-MS, dando suporte financeiro a projetos, estritamente de natureza artística e cultural, de iniciativa de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito público e privado



manutenção do espaço, que nunca cobrou aluguel pelo uso do espaço físico ou dos equipamentos técnicos.

Foram cinco espetáculos realizados entre maio e novembro de 2018, com apresentações regulares aos sábados. Embora modesta, a programação já evidenciava o potencial de resistência e mobilização da cena cultural local. Essa experiência evidenciou a importância da gestão cultural colaborativa, em que o capital social e o engajamento coletivo são decisivos para superar limitações financeiras e estruturais.

A produção cultural depende não apenas de recursos econômicos, mas também do capital social e simbólico acumulado por agentes culturais para legitimar seus projetos e garantir sua sobrevivência. No caso da Temporada Sucata, o capital social entre artistas e público foi fundamental para que o projeto acontecesse, mesmo sem o recurso financeiro público previsto.

Em 2019, mantivemos a Temporada sem qualquer recurso financeiro proveniente das esferas pública municipal ou estadual, em função da ausência de editais públicos. Apesar da escassez, ampliamos a programação para incluir artes visuais, além das artes cênicas, com oito espetáculos e uma oficina de aquarela, realizada de fevereiro a outubro. Essa ampliação reforçou a função do Sucata Cultural como espaço plural e incubador de diversas linguagens artísticas, ampliando o diálogo com diferentes públicos e fortalecendo a cena local.

A ausência de recursos financeiros evidenciou a fragilidade das políticas públicas locais para a cultura e a necessidade de estratégias alternativas de sustentabilidade. A gestão cultural no terceiro setor demanda criatividade para articular recursos, parcerias e redes que viabilizem a produção artística em contextos de escassez, o que foi vivido na prática pela equipe do Sucata Cultural.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19, que impôs uma pausa forçada nas atividades presenciais e suspendeu a Temporada, mesmo com a candidatura ao edital RUMOS Itaú Cultural. A crise sanitária gerou um impacto sem



precedentes para a classe artística brasileira, especialmente em cidades do interior, onde as dificuldades são ainda mais agudas. O fechamento de espaços culturais, a suspensão de eventos e as restrições sanitárias resultaram na perda abrupta de oportunidades de trabalho, comprometendo a subsistência de inúmeros profissionais do setor.

Além disso, a transição para atividades digitais, amplamente adotada em grandes centros urbanos, apresentou obstáculos significativos para artistas do interior, que frequentemente enfrentam limitações no acesso a recursos tecnológicos e conectividade. Tal cenário expôs a fragilidade das políticas públicas culturais, evidenciando a necessidade de maior investimento e planejamento estratégico para garantir a sustentabilidade do setor artístico em situações de crise.

Em 2021, adaptamos a Temporada para o formato virtual com recursos da Lei Aldir Blanc, que foi fundamental para a sobrevivência do setor cultural durante a pandemia. A experiência digital ampliou o alcance do projeto, mas também evidenciou as desigualdades estruturais no acesso à internet e tecnologia no interior do país. Essa conjuntura reforçou a urgência de políticas públicas que superem a burocracia excessiva e a visão economicista, atendendo às demandas reais dos agentes culturais em regiões periféricas e interiores.

Em 2023, realizamos a maior edição da Temporada Sucata, subsidiada pelo Fundo de Investimentos Culturais (FIC) ⁴do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que disponibilizou recursos importantes para a produção cultural regional (Fundação de Cultura de MS, 2022). Pela primeira vez, implementamos seletivas nacionais para a composição da programação, ampliando o alcance e a diversidade dos espetáculos. A programação contou com oito espetáculos cênicos, quatro

⁴ O Fundo de Investimentos Culturais de Mato Grosso do Sul (FIC/MS) é um mecanismo estadual de fomento à cultura, criado para apoiar financeiramente projetos culturais em todo o estado. Instituído pela Lei nº 2.366/2001 e reorganizado pela Lei nº 2.645/2003, o FIC é gerido pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS) e tem como objetivo estimular a criação, produção e difusão das manifestações artístico-culturais sul-mato-grossenses.



exposições de artistas visuais e quatro shows musicais, consolidando o projeto como um dos maiores eventos culturais do estado naquele ano.

Em 2024, mantivemos a Temporada, dando continuidade ao processo de fortalecimento da cena cultural local. Para 2025, já contamos com o subsídio do edital do FIP (municipal), sinalizando avanços na relação com as políticas públicas locais, embora ainda haja desafios a serem superados para garantir a sustentabilidade e ampliação do projeto.

Conclusão, por enquanto

A experiência acumulada ao longo desses anos evidencia que a gestão cultural no interior do MS exige não apenas conhecimento técnico, mas também uma forte capacidade de articulação comunitária, resiliência e inovação diante das limitações estruturais, sobretudo das políticas públicas para o setor cultural. A ausência ou atraso no repasse de recursos públicos, a precariedade e inexistência dos espaços culturais e a insuficiência das políticas públicas são obstáculos recorrentes.

Nesse sentido, a economia criativa surge como um campo estratégico para o desenvolvimento cultural e socioeconômico, especialmente no terceiro setor da economia, destacando a importância de políticas públicas que incentivem a criatividade, a inovação e a sustentabilidade econômica de agentes culturais.

É sobre o cuidado com as possibilidades, buscando sempre o florescimento em contextos de fragilidade das políticas públicas. Trata-se, sobretudo, das gestões de dois espaços que, além de técnica, é também sensível, afetiva, e que conhece o lugar onde estão afirmados, entendendo-se como organismos vivos necessitados de atenção constante para que este “novelo” não se enrolasse mais.



Por fim, eu tenho entendido que uma gestão cultural de fato eficiente não é apenas e meramente administrativa. Ao menos não deveria ser. Deveria ser a hipótese de que a cultura é, sobretudo, o direito de participar de fato da vida cultural daquele território, e isso precisa ser garantido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo: Perspectiva [online], v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01 fev 2026.

BRASIL. Decreto nº 7.800, de 8 de julho de 2012. Institui o Plano Nacional de Cultura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura>>. Acesso em: 01 fev 2026.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. En: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>> Acesso em: 01 fev 2026.

KAUARK, Giuliana; LEAL, Nathalia; RATTES, Plínio. Procedimentos básicos da gestão de espaços culturais. In: KAUARK, Giuliana; LEAL, Nathalia; RATTES, Plínio (orgs.). Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação. Salvador: Edufba, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32101>> Acesso em: 01 fev 2026.